Reunião. Análise, Difusão de Informação sobre Saúde

RADIS

súmula 11

Escola Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ

Ano II / Setembro de 1984

Carta aos leitores

Há vários meses comunicamos a nossos leitores que o projeto Radis – como quase tudo neste país, aliás – vinha enfrentando graves problemas de financiamento. Esta crise, que no último ano nos obrigou a uma violenta redução da periodicidade de nossas publicações, parece já ter atingido seu ponto mais crítico. Mas toda crise é, além de destruidora, criadora; esta trouxe mudanças a nosso projeto que, queremos crer, serão benéficas no longo prazo.

No processo de reorganização a que fomos obrigados, tivemos de proceder a uma diminuição drástica de nossa equipe; tal redução, entretando, está sendo compensada por uma maior participação dos professores e pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública que, assim, assume uma maior responsabilidade pelo projeto. Isso, naturalmente, traz algumas conseqüências para o desenvolvimento de nossos trabalhos.

Tema será descontinuada enquanto publicação. Nossa intenção é veicular os levantamentos e trabalhos de pesquisa que fizermos através de outras publicações, tais como os *Cadernos de Saúde Pública* – revista a ser editada pela ENSP ainda este ano – ou outras congêneres.

Súmula permanecerá. Sua elaboração, entretanto, não mais será de exclusiva responsabilidade do Radis; aos componentes do projeto se juntarão professores da Escola, principalmente do Departamento de Planejamento e Administração, que, através de discussões sistemáticas e regulares, definirão o conteúdo de cada número. Pretendemos uma periodicidade bimestral.

Dados permanecerá. Aqui também algumas mudanças ocorrerão. Em primeiro lugar, contaremos com a colaboração de membros do Departamento de Epidemiologia; em segundo lugar, pretendemos utilizar intensamente os microcomputadores da ENSP, realizando uma proposta antiga: montar um arquivo de indicadores de saúde e de condições de vida. Pretendemos também uma periodicidade bimestral, alternada com *Súmula*.

Contamos, como sempre, com a compreensão de nossos leitores, que temos a certeza, saberão entender as dificuldades por que passamos.

PLANEJAMENTO FAMILIAR

O governo age

Desde fevereiro deste ano, em postos de saúde de Goiânia (GO), Natal, Acari e Currais Novos (RN), já era possível a qualquer mulher participar do PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – e ter possibilidade de usufruir do novo método contraceptivo, totalmente custeado pelo INAMPS: o Dispositivo Intra-Uterino – DIU. E, a partir de julho último, passou a ser possível a qualquer pessoa adquirir o DIU nas farmácias e drogarias, mediante apresentação do receituário médico, que fica retido no estabelecimento. O tipo liberado foi o "DIU de cobre", de plástico envolvendo uma espiral de cobre que, ao liberar partículas deste metal, torna a camada protetora do útero hostil ao espermatozóide; neste sentido, age como anticoncepcional espermicida. Se falhar nessa função, impede o ovo fecundado de fixar-se no útero, o que, de certa perspectiva, pode ser considerado um aborto.

A grande propaganda em torno das qualidades espermicidas do DIU de cobre é resposta direta à campanha contrária ao PAISM desenvolvida pela Igreja Católica. Como vimos acompanhando nas *Súmulas* 6, 7, 9 e 10, a posição dos bispos e padres se baseia em dois pontos; primeiro, a questão moral: o aborto e os métodos contraceptivos são considerados formas homicidas; segundo, a questão política: o programa estaria intimamente ligado à posição de correntes que vêem no aumento populacional a causa da fome, miséria, marginalidade. Há ainda alusões à possibilidade do programa fazer parte do "acordo secreto" com o FMI. Segundo palavras do Cardeal D. Eugênio Salles, estamos caminhando em doses homeopáticas para a adoção livre do aborto e da eutanásia.

Na verdade, a polêmica com a Igreja deve-se ao fato de que o Governo assumiu oficialmente a distribuição de contraceptivos. Essa atividade há muito vinha sendo desenvolvida por um programa internacional, a BENFAM. Porém, para o coordenador da entidade, não há mais razões para se atuar nessa área, pois o Ministério da Saúde ja assumiu esse papel. A partir deste ano a BENFAM vai encerrar suas atividades de planejamento familiar, transformando-se em órgão de pesquisa e treinamento.

Mas, qual será realmente a posição do Governo? Na verdade, ela sofreu uma mudança recente, mas como mais de uma autoridade vem falando sobre o assunto, não está clara a dimensão real de tal mudança, nem os princípios que a norteiam. Assim, as forças armadas, que por anos defenderam o não-controle por razões de segurança nacional – preocupadas em que se ocupasse todo o território nacional – mudaram de posição. O Tenente-Brigadeiro Waldir de Vasconcelos, Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), enfatiza que, como solução imediata, urge a adoção de um planejamento familiar no país. "No ano que findou, 1983, – informa o militar – cerca de 47% dos jovens, de 1 milhão 450 mil convocados, foram considerados incapazes (...) Não podemos legar essa dívida social às gerações que vão nos suceder". No seu relatório sobre o controle de natalidade no Brasil, o Banco Mundial cita o discurso do Tenente-Brigadeiro provando a mudança de perspectivas com relação ao problema.

Mas esta não é a posição oficial do governo. A posição oficial é a que foi apresentada pelo Ministro da Saúde, Waldir Arcoverde, na inauguração da sessão plenária da 2ª Conferência Mundial sobre População, que se realizou no México no mês de agosto. Segundo o ministro Arcoverde, o governo brasileiro não aceitará ingerências externas de caráter oficial ou privado na formulação de sua política populacional, da mesma forma como não admite que o controle da população "seja mais uma solução mágica para os problemas da miséria, da fome e da doença, que afligem a maior parte da humanidade". O ministro acrescentou que o Brasil e o Governo são favoráveis a uma política de planejamento familiar, desde que seja respeitada a vontade do casal. "A meta de crescimento legítima para o Brasil é aquela consubstanciada pelo somatório de ações livres e informadas dos casais e dos indivíduos, visando o planejamento de sua vida reprodutiva".

MORTALIDADE INFANTIL

Estatísticas inacreditáveis

Segundo o Ministro da Saúde, Waldir Arcoverde, em 1984 vão morrer, em todo o país, 308 mil crianças com até 12 meses de idade. Em divulgação feita durante os preparativos da campanha de vacinação, em julho último, Arcoverde declarou-se assustado com a "patologia da pobreza". Deste total, 157 mil morrerão no Nordeste – 51% dos óbitos infantis – onde as principais causas se constituirão em: 28%, problemas perinatais (43,9 mil); 39%, diarréia (61 mil); 12%, doenças do aparelho respiratório (18,8 mil); 8%, doenças infecciosas e parasitárias (12,5 mil). Ainda na estimativa do Ministério da Saúde, de fome vão morrer 7 mil crianças com menos de um ano, isto é, 5% do total das mortes.

Só no mês de maio, segundo dados revelados pela Secretaria Estadual da Saúde da Bahia, a gastroenterite levou mais de 15.000 crianças aos hospitais de Salvador e de doze cidades do interior do estado, com um total de 434 óbitos devido à doença neste mesmo mês.

Para os especialistas, o último surto da Bahia e os demais óbitos ocorridos "regularmente" durante o ano em todo o país estão intimamente ligados ao agravamento da desnutrição e às precárias condições de vida da população de baixa renda. Para evitar essas situações, seria preciso atingir raízes que extrapolam a área de saúde. Quando as crianças chegam desidratadas aos hospitais e muitas vezes com o processo de gastroenterite por demais avançado, há pouca coisa a se fazer, resta apenas ministrar soro reidratante.

Mesmo assim, para Francisco Pelucio Silva, assessor da UNICEF, "muitas das crianças que morreram vítimas da desitratação durante o recente surto de gastroenterite da Bahia poderiam ter sido salvas se tivessem sido tratadas a tempo com os sais de reidratação oral, já produzidos no Brasil pela Central de Medicamentos (CEME)". Esse método de reidratação oral, extremamente simples e de baixo custo, associado ao estímulo à amamentação ao seio nos seis primeiros meses de vida e à higiene pessoal e doméstica, poderia contribuir razoavelmente para diminuição de mortes infantis conseqüentes de gastroenterite.

Boas soluções, mas de certa forma insuficientes, reconhecem os especialistas, pois apenas redistribuem as conseqüências do problema a outros títulos; no Nordeste a fome para as crianças será causa associada de 94,2 mil mortes, enquanto ela também contribuirá para 184,8 mil óbitos infantis em todo o Brasil. O ministro Arcoverde desabafa: "As estatísticas parecem às vezes inacreditáveis".

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Déficit de trilhões

Segundo todos os jornais, há muito tempo a Previdência vai mal. E ninguém sabe melhor disso do que Jarbas Passarinho; só ele pode fazer, com maior exatidão, um balanço das contas da Previdência. Essa avaliação foi feita nos últimos dias de agosto, quando o ministro, novamente desiludido, voltava de mais uma de suas peregrinações ao Ministério da Fazenda. Dessa vez, seu colega Ernani Galvêas lhe negara um repasse de Cr$ 1,4 trilhão dos Cr$ 10 trilhões do excesso da arrecadação fiscal. Só foi possível obter Cr$ 400 bilhões.

Assim Passarinho se manifestou: "Quando me chamaram e o déficit era de Cr$ 1,7 trilhão, eu cheguei todo entusiasmado e cheio de idéias. Consegui reduzir esta cifra para Cr$ 760 bilhões, mas, quando estava ganhando esta difícil batalha, sofri um novo contratempo. Agora eu não tenho mais tutano, vou levar o problema ao Presidente e ao Delfim Neto e eles me darão a solução".

"Uma coisa eu sei – prosseguiu Passarinho – a assistência médica prestada pelo INAMPS não pode parar. O pagamento das aposentadorias e pensões aos inativos não pode ser sustado. Eu não tenho mais aonde recorrer. Não posso aumentar a alíquota, não dá mais para tirar da rede bancária e não posso parar. Ou me dão uma parcela de recursos maior, ou a União que me mostre outras fórmulas".

"Eu Cheguei Cheio de Idéias"

Para conseguir a redução do déficit, prevista de Cr$ 1,7 trilhão para Cr$ 760 bilhões, Jarbas Passarinho se valeu de todo o tipo de artifícios, idéias e criatividade. Entre medidas realmente implementadas e aquelas que se mostraram inviáveis ou foram repudiadas pela opinião pública, se somaram para mais de vinte propostas e projetos.

Das medidas que foram implementadas ou que ainda estão na pauta do ministro, temos: duas anistias fiscais às empresas devedoras da previdência (a primeira no início do ano – Dec. 2088, arrecadando 90 bilhões e mais 270 bilhões de correção monetária, e a segunda em julho de 84, lei 7.186, visando arrecadar parte do Cr$... 1 trilhão restante da dívida); repasse da arrecadação do seguro de acidentes automobilísticos para a Previdência pelas respectivas seguradoras, a partir do ano que vem (40%); antecipação para o décimo dia útil de cada mês do recolhimento das contribuições previdenciárias dos trabalhadores (art. 1º do Decreto-Lei 2087); taxação complementar de combustíveis (com aumento da taxa de 4% para 6% em setembro de 84); sindicância das aposentadorias, na tentativa de eliminar as fraudes; sindicância das prestações de contas dos hospitais, como possibilidade de descredenciamento dos estabelecimentos fraudatários; taxa de 10% sobre as gorjetas do garçons; decreto-lei (em preparação) para obrigar empresas públicas, fundações, estados e municípios a quitar seus débitos com a Previdência; repasses extras do Finsocial; taxação das causas trabalhistas ganhas na justiça; pagamento de contribuição extra por cada trabalhador demitido sem justa causa; fixação de critério de indenização "devida" à Previdência pela averbação de tempo de serviço em que o exercício da atividade não obrigava filiação à Previdência (trabalhadores autônomos – DEC. nº 90.038/84).

Novo Contratempo

Mas o déficit não ficou nos Cr$ 760 bilhões. Durante o mês de agosto, duas causas principais elevaram a dívida previdênciária para Cr$ 2,318 trilhões: a reavaliação do "rombo" do INAMPS e o resultado da greve dos previdenciários.

Com relação ao INAMPS, o seu Presidente, Aloísio de Salles, apresentou dados que assinalavam a necessidade de suplementação de Cr$ 1,4 trilhão para cobrir essas áreas. Somente para o aumento das diárias e taxas dos serviços hospitalares, a Previdência precisará de mais Cr$ 400 bilhões. Caso esse aumento não ocorra, a Federação Brasileira de Hospitais já avisou que os hospitais contratados pelo INAMPS passarão a cobrar a diferença dos segurados, ou, então, suspenderão o atendimento aos previdênciários.

Quanto aos servidores da Previdência, estiveram em greve no Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais nos dias 19 de junho e 25 de julho, e somente voltaram ao trabalho em atendimento ao pedido do ministro Jarbas Passarinho, que prometia fazer gestões junto ao Governo Federal pelo atendimento dos pleitos da classe até 17 de agosto, se todos voltassem ao serviço. A solicitação foi atendida, mas o ministro pediu uma nova prorrogação de prazo de atendimento às reinvindicações, até 31 de agosto. A possibilidade de nova paralisação, em torno de 20%, representaria mais Cr$ 150 bilhões no rombo da Previdência.

Perspectivas

Jarbas Passarinho estava certo de que com o excesso da arrecadação fiscal ele resolveria o problema. Mas a proposta do repasse do excesso fiscal para a Previdência bateu de frente contra o muro do FMI, que havia recomendado "esterilizar" estes recursos para não pressionar a taxa de inflação brasileira. O Ministro Passarinho comenta: "Não acho que o FMI esteja atrapalhando este meu acerto com a área econômica. Não sei o que foi discutido com o Fundo, eu só sei que o repasse tem que vir, se não os hospitais vão parar em outubro".

NUTRIÇÃO

Programa custa caro

Transcrevemos a seguir matéria do *Estado de São Paulo* 29/7/84) a respeito dos programas nutricionais do Brasil. Optamos pela transcriação pura e simples, neste caso, por termos julgado a matéria de muito boa qualidade e por revelar informações pouco conhecidas do público em geral.

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), do Ministério do Trabalho, é o mais caro de todos os programas oficiais de alimentação e nutrição desenvolvidos no país, principalmente considerando-se o custo por beneficiário, de acordo com estudo feito por técnicos do Departamento de População, Saúde e Nutrição, do Banco Mundial. Tanto assim que cada beneficiário do PAT, de acordo com o Bird, custou US$ 278 em 1982, incluíndo num gasto total de US$ 534 milhões.

Na tabela do Banco Mundial, o PCA – Programa de Complementação Alimentar – da Legião Brasileira de Assistência – LBA – é o segundo mais caro, tendo gasto, naquele ano, US$ 10,4 milhões, ou seja, US$ 60 por beneficiário. Enquanto o PCA distribui alimentos para a população carente, no PAT o trabalhador tem financiada uma refeição diária, pagando apenas 20% do valor, enquanto o governo e a empresa dividem o restante e o empregador ainda pode deduzir sua despesa do Imposto de Renda.

O Programa de Nutrição em Saúde – PNS – coordenado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN – do Ministério da Saúde e o Proab – Projeto de Abastecimento em Áreas de Baixa Renda – então entre aqueles que, em 1982, segundo a tabela do Banco Mundial, tiveram o menor custo por beneficiário. Cada cliente do primeiro programa custou US$ 22 e saiu por US$ 12 no caso do Proab. No PNS, o INAN distribui cestas de alimentos básicos, como arroz, feijão e leite, para crianças, gestantes e nutrizes de famílias carentes, enquanto subsidia alguns alimentos, através do Proab, que são vendidos mais barato na rede de varejistas das periferias das capitais.

De acordo com o estudo crítico do Banco Mundial, a maioria dos programas deve objetivar, antes de tudo, o atendimento do desnutrido, especialmente das crianças, nutrizes e gestantes. Isso, segundo os técnicos do Banco, implica menor ênfase ao PAT e maior atenção a programas como o PNS e o Proab, "que têm objetivos mais definidos".

A verdade, conforme está claro no relato dos técnicos do banco, é que, para se alcançar progresso real em termos de eliminar a defasagem em nutrição, nos próximos dez anos, deve-se adotar duas opções. A primeira seria a de reorientar a política macroeconômica no sentido de dar aos probres participação maior nos frutos do crescimento econômico, juntamente com incentivos tanto à produção de alimentos (ou até à importação) quanto à educação alimentar. A segunda opção seria um incremento maciço dos programas de distribuição de alimentos e de subsídios aos preços, com severas conseqüências orçamentárias. Entretanto, os técnicos acham que a preferência deve ficar com a primeira opção, deixando-se a segunda estratégia para proteger aquelas populações pobres que não estão em condições de se beneficiar com um política de distribuição de renda.

No caso da suplementação alimentar, o Banco Mundial sugere que se evite a tendência brasileira de criar programas isolados para cada aspecto do problema nutricional e propõe a integração daqueles já existentes. Aliás, este aspecto conta com o apoio de técnicos do Ministério da Saúde, que concordam com uma orientação única, provavelmente a cargo do INAN. Entretanto, eles lembram que no Brasil só tem poder de coordenação quem tem força de pressão e acrescentam que a única força de pressão que um órgão da administração pública possui é a do dinheiro. O que não acontece com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. A verdade é que o INAN já é o órgão de coordenação da política de nutrição, mas apenas no papel, de acordo com os técnicos do ministério, porque não existe subordinação de nenhum outro programa de Instituto.

A fraqueza política do INAN talvez não tenha passado despercebida aos técnicos do Banco Mundial, que salientam a necessidade de se rever a estrutura e o *status* do Instituto, assim como a possibilidade de se modificar a estrutura governamental. O Bird também acha que a capacidade dos planejadores do setor de nutrição deve ser reforçada, para que eles possam exercer um verdadeiro papel intersetorial e terminem influenciando políticas macroeconômicas e agrícolas que tenham significativo impacto na nutrição.

AGROTÓXICOS

Lei federal em discussão

Cada vez mais o país toma consciência de uma nova ameaça à saúde pública: os agrotóxicos, responsáveis por um grande número de acidentes e por um alto índice de contaminação dos alimentos, que atingem trabalhadores rurais e consumidores. No Brasil, segundo estudos do Centro de Toxicologia do Rio Grande do Sul, a cada hora e meia morre uma pessoa em conseqüência do uso de agrotóxicos; 18 são contaminadas. Há, entretanto, divergências quanto a essas estatísticas. A revista *Defesa Vegetal*, editada pela associação que congrega os fabricantes, as classifica de "estatísticas enganosas e pensamentos levianos". Também o ministro Nestor Jost discorda: "Não acredito nesses números, e os acidentes acontecem pelo mau uso dos defensivos e não pela sua simples utilização", declarou ele ao anunciar, em agosto, sua decisão de consultar 32 entidades brasileiras, antes de enviar ao Congresso o anteprojeto para a regulamentação do uso de agrotóxicos.

O Governo Federal resolveu regulamentar o uso dessas substâncias por causa da verdadeira guerra entre os estados e as indústrias. Os estados, mostrando a quantidade de mortes e contaminações que acontecem diariamente no país (no Rio Grande do Sul, por exemplo, numa amostragem de 650 exames sanguíneos de agricultores, 44% estavam contaminados). E a indústria, acusando os estados de criarem leis impossíveis de serem cumpridas.

As divergências se estendem ao campo semântico: para os industriais, trata-se de defensivos agrícolas; para os estados e ecologistas, trata-se de agrotóxicos. Assim, os industriais recebem o anteprojeto com certo desafogo, depois de terem inclusive recorrido ao Supremo Tribunal Federal, pedindo a inconstitucionalidade das leis estaduais, de acordo com a última lei relativa ao assunto, datada de 1934.

O anteprojeto institui o receituário para entrega ao consumo e para o uso a ser prescrito por profissionais habilitados. Prevê que a infração da lei acarretará desde a advertência até a interdição temporária ou definitiva do estabelecimento. Cria uma taxa de avaliação e de fiscalização. Regulamenta o prazo de 12 meses para que as empresas que já exercem atividades no setor se adaptem em função da nova lei. A cada dois anos os produtores e comerciantes terão de revalidar suas licenças, enquanto o registro de produtos deverá ser revalidado de cinco em cinco anos.

Pelos estados, porém, o anteprojeto não foi bem recebido, pois torna praticamente sem efeito as legislações estaduais existentes, (mais restritivas) como as de S. Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Quando o legislativo estadual quiser proibir a comercialização de determinado produto, como já ocorreu quanto à aplicação de pesticidas organoclorados no Rio Grande do Sul, essa decisão dependerá dos órgãos federais competentes. O documento ressalva que os defensivos e seus componentes que tenham sofrido restri es por "organismos oficiais" de rão ser reavaliados pelo Poder Executivo.

Para o ministro da Agricultura, o "Governo Federal não abre mão do direito de legislar sobre o assunto", conforme declarou, após refutar denúncias de que o projeto favorecia as multinacionais do ramo. Entretanto, foi por pressão da opinião pública que tomou a decisão de consultar diversas entidades, ligadas à medicina do trabalho, aos produtores, aos agrônomos e aos ecologistas, antes de enviar o projeto ao Congresso.

Súmula é uma publicação do projeto REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE (RADIS), desenvolvido pela Escola Nacional de Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz, com apoio da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). As opiniões aqui expressas não representam necessariamente a posição oficial da instituição. Colaboraram neste número: Sergio Luiz Dias Portella e Sergio Goes de Paula (Coordenador do projeto).

Diagramação, Produção Gráfica e Impressão: Escola Nacional de Saúde Pública, Programa de Educação Continuada.

DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA

Os interessados em receber esta publicação devem dirigir-se ao projeto RADIS - Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - 21.041 Rio de Janeiro. Súmula 11 é uma documentação resumida dos principais fatos relevantes para a área de saúde, registrados nas seguintes fontes: O ESTADO DE SÃO PAULO, FOLHA DE SÃO PAULO, GAZETA MERCANTIL, JORNAL DO BRASIL, O GLOBO, ISTO É, VEJA e as publicações abrangidas pelo boletim de recortes do INAMPS e pelo serviço de recortes do Ministério da Saúde.

POLUIÇÃO

Cubatão: um modo de desenvolvimento

"Cubatão tornou-se, a um só tempo, o símbolo de um modo de desenvolvimento econômico que deu primazia à acumulação e concentração de capital e acarretou condições ambientais e de vida altamente degradadas" – assim se inicia o "Documento Síntese do Grupo de Trabalho sobre Cubatão" da SBPC de 1982, e recentemente divulgado pela *Ciência Hoje*. Esse documento, através de rigoroso levantamento estatístico relativo à péssima situação de Cubatão, era um alerta dos cientistas, mostrando que medidas eficazes deviam ser tomadas urgentemente. Mas, ou nada foi feito, ou as medidas foram insuficientes: o ano de 1984 vem se caracterizando por situações calamitosas e desastrosas em Cubatão. Os cientistas não estavam brincando, como se viu pela tragédia da Vila Socó, pela repetição das doenças profissionais na Cosipa e pelos estados de alerta e de emergência contra a poluição do ar. Tratemos dos dois últimos casos.

Doenças Profissionais na COSIPA

Cerca de 50% dos acidentes de trabalho verificados em Cubatão ocorrem na empresa estatal Cosipa – Companhia Siderúrgica Paulista. Mas, se essa taxa de acidentes preocupa, outro problema mobilizou, entre maio e junho, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santos: as doenças de trabalho.

Sabe-se, explica a médica Marcília de Araújo, do Departamento de Medicina Preventiva e Social da USP, trabalhando desde 80 em Cubatão, "que as doenças de trabalho não são diagnosticadas. A própria formação do médico tem sido deficiente, até agora, para este diagnóstico. Um médico identifica como cólica renal um caso que pode ser de saturnismo (doença provocada pelo contato com chumbo)". Apesar dessa dificuldade, foi possível constatar que o mais alto índice de morbidade na região de Cubatão, objeto da pesquisa, é o das doenças do aparelho respiratório (44,4%), relacionadas com exposição dos indivíduos a poeiras, gases ambientais fabris e poluentes na atmosfera. A situação mais grave, relativa a intoxicação por gases de benzeno, é a da Cosipa. Entre 582 operários da estatal de Cubatão, 83 estão com leucopenia (doença que reduz as defesas do organismo através da redução dos glóbulos brancos e que pode levar à anemia aplástica ou à leucemia). Todos são irrecuperáveis, e 27 já estão com "depressão na medula" (estágio mais avançado da doença). Ainda uma agravante: era de se esperar que os casos se manifestassem apenas na coqueria, onde o benzeno é empregado. Mas isso não ocorre. Há 11 operários contaminados que trabalham na manutenção e outros setores, como laminação e alto-fornos. Estes números referem-se apenas aos que procuraram espontaneamente o sindicato. A contaminação atinge trabalhadores com menos de 30 anos, num total de 40%, e outros 40%, entre 30 e 40 anos. Esta faixa etária é estranha, explica Lia Augusto (assessora do sindicato), por revelar uma ausência dos mais idosos. Para combater o problema, os trabalhadores criaram uma comissão de saúde com 50 membros, que vai atuar 24 horas por dia, e o sindicato estuda a possibilidade de entrar com queixa-crime contra a siderúrgica.

Estado de Emergência

Os níveis de poluição do ar em Cubatão chegam a ser inacreditáveis: cerca de 1000ton/dia de poluentes de elevada periculosidade à saúde são lançadas na atmosfera, segundo o relatório da SBPC. Somente este ano, a CETESB – Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental, órgão da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de S. Paulo, responsável pelo controle do ambiente – decretou nove vezes o estado de alerta em Cubatão, significando que a concentração de material particulado no ar havia ultrapassado os 625 microgramas por metro cúbico médios em 24 horas. Pela primeira vez, no dia 3 de setembro, na atual administração decretou-se "estado de emergência" em Cubatão. A média no período de 24 horas atingiu mais de 875 microgramas por metro cúbico, considerados perigosos à saúde do ser humano segundo padrões mundiais: a proporção de material particulado no ar atingiu 2.000 microgramas/m^3. O reconhecimento e a declaração do estado de emergência compete ao governador, enquanto o estado de alerta é comunicado pelo Secretário de Obras e Meio Ambiente. Franco Montoro não precisou mais do que 15 minutos para ser convencido pelo secretário de Obras e pelo presidente da Cetesb da necessidade do estado de emergência, intimando seis empresas de fertilizantes e adubos (Manah, Ultrafértil, Frevo, Solorico, IAP e Corebrás), além da COSIPA, a paralisarem grande parte de suas atividades até que o nível de concentração de material particulado no ar baixasse. Na verdade, foi a segunda vez, este ano, durante as "operações de inverno", que Cubatão atingiu o estado de emergência. Da primeira, no dia 11 de agosto, nada foi revelado porque durou apenas duas horas.

Nas "operações de inverno", realizadas desde 76, Cubatão é declarada em estado de vigilância permanente devido à inversão térmica (camada de ar frio em baixo e ar quente por cima) que no inverno resiste por mais tempo, formando uma capa isolante que impede a dispersão de poluentes.

"Nesse ambiente (. . .) altamente poluído, 35% da população moram em favelas, apenas 25% da área residencial têm abastecimento de água e não há rede de esgoto funcionante na cidade; 80% dos trabalhadores do pólo industrial recebem menos de 2 salários mínimos, ao passo que, daqueles residentes no município, 46% estão ocupados em trabalhos transitórios e de elevada rotatividade", declara o relatório da SBPC. A exposição prolongada a esse meio ambiente hostil é responsável pelo aparecimento de diversas doenças crônicas, como hipertensão arterial, câncer, anomalias congênitas (como anencefalia, hidrocefalia, e microcefalia), alterações de fertilidade e enfizema pulmonar.

O mais espantoso é que, com apenas 23 indústrias, Cubatão se constitui no pólo industrial siderúrgico mais importante do país, tendo gerado em 1983 um faturamento na ordem de 2 trilhões.

MEDICAMENTOS

Profarma abandonado

Uma organização mais independente da área de medicamentos e, ao mesmo tempo, a economia de grande quantidade de divisas, através do estímulo à produção de matéria-prima pelos laboratórios nacionais e da progressiva nacionalização do setor era o propósito do PROFARMA. Como vimos acompanhando nas *Súmulas* 6, 7, 8 e 9, o Programa Nacional de Apoio à Indústria Química-Farmacêutica há mais de dois anos esperava a sua aprovação. A demora deveu-se à pressão das multinacionais ameaçadas, com o apoio dos ministros da Fazenda e do Planejamento. A pressão deu frutos e, a 15 de julho de 1984, foi noticiado o veto do Presidente Figueiredo ao PROFARMA.

Os protestos foram muitos. O Ministro da Previdência recebeu dos secretários da saúde de vários estados um documento condenando o engavetamento do PROFARMA; os secretários também reiteraram a opinião de que era necessário o fortalecimento da CEME, através de sua transformação em estatal e da monopolização da importação de matérias primas farmacêuticas. A resposta do governo foi de que estava preparando uma nova versão do Programa, onde uma das inovações em relação ao texto anterior seria a permissão para que o país formasse empresas de capital misto para a produção de matérias primas.

Legislação de Psicotrópicos e Novas Bulas

Paralelamente ao abandono do Programa, o primeiro semestre de 84 se caracterizou por inúmeras medidas oficiais na tentativa de organizar o setor, tais como a regularização das vendas de certos medicamentos, a padronização do aumento dos preços em geral, a regulamentação da produção de drogas. Tudo isso, dizem os entendidos, de forma a sanar a falta de uma política mais consciente e planejada para a área de medicamentos, razão mesma que leva essas medidas a terem um caráter meramente paliativo.

Assim, foi assinada pelo Diretor da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Medicamentos (DIMED) portaria regulamentando o uso, manipulação, importação, exportação e comercialização dos psicotrópicos. A portaria, para atingir sua meta de maior controle das vendas destas drogas, aumenta a responsabilidade do profissional de saúde. Com o mesmo propósito de aumentar o controle no setor, mas de maneira mais abrangente, a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária vai padronizar ainda este ano as bulas dos remédios em geral. Segundo Antônio Carlos Neder, assessor do

O surto de sarampo em S. Paulo será analisado pelo Radis num trabalho a sair na nova revista da ENSP, *Cadernos de Saúde Públic*

Ministério da Saúde e Consultor da Central de Medicamentos, a criação de um modelo único de bula reduzirá substancialmente o número de remédios no mercado, protegerá a saúde do usuário e, provavelmente, provocará a queda dos preços. A nova bula terá linguagem acessível ao leigo e precauções redigidas de forma didática. Segundo este assessor, com a padronização, a análise das fórmulas dos medicamentos será comparada por computador, e será escolhido para continuar no mercado aquele cujo laboratório e formulação científica forem de melhor qualidade.

Outra Medida

Para conter o aumento abusivo dos preços, o CIP – Conselho Interministerial de Preços – liberou um listão a ser fixado nas farmácias em local visível para que o consumidor possa conferir os preços. Desta tabela, publicada pelo Diário Oficial, constam cerca de três mil medicamentos com aproximadamente 12 mil apresentações. Trata-se de remédios iguais, com a mesma fórmula, mas de laboratórios diferentes. Os medicamentos que não constam da lista são considerados clandestinos.

Ficou concordado que o aumento dos preços dos produtos constantes do listão será feito de três em três meses. O último destes reajustes trimestrais ocorreu em julho passado, quando a taxa de aumento foi estabelecida em 32%, significando, desde o início do ano, um aumento acumulado em torno de 65%.

Para José Eduardo Bandeira de Melo – Superintendente do laboratório nacional Sintofarma – o listão, ao dar um teto aos aumentos, protege principalmente as empresas nacionais, sem condições de competir com os financiamentos oferecidos pelas multinacionais às farmácias. Os reajustes acima da inflação são inevitáveis, já que as matérias primas são em grande parte importadas. Para o consumidor, isso significa um gradativo afastamento dos medicamentos das suas necessidades cotidianas. As próprias vendas o dizem. Nos primeiros quatro meses do ano, o volume de medicamentos vendidos pelas indústrias farmacêuticas caiu 29% em relação a igual período do ano passado. A população vem selecionando seus medicamentos e evitando a compra dos remédios "éticos". Observa-se também o crescimento das vendas das homeopatias, muito mais baratas.

Para muitos, não só para os secretários de saúde, a solução é aumentar o controle da produção e fortalecer a CEME. Mas é justamente a Central de Medicamentos que tem passado por seus piores momentos. No início deste ano se sabia que, sem uma suplementação de verbas, o orçamento de Cr$ 112 bilhões aprovado seria insuficiente. Com a retenção por parte da Secretaria de Planejamento do repasse do FINSOCIAL, começou a se esboçar uma possível falta de remédios nas farmácias do INAMPS e nos postos de saúde dos estados. Entretanto, a Secretaria do Planejamento tende a liberar menos de Cr$ 40 bilhões dos Cr$ 75 bilhões solicitados pela CEME considerados indispensáveis à manutenção da programação de assistência farmacêutica durante o ano. Sabe-se porém, que seria necessário muito mais do que verbas para se sair da dependência da produção de medicamentos em relação ao exterior.

A CEME hoje em dia é apenas uma sombra das idéias que nortearam sua criação, e o veto do PROFARMA parece-se muito com uma pá de cal sobre essas propostas.

1984: alimentação e saúde mais difíceis.

Neste número dedicamo-nos a uma breve análise das dificuldades que o trabalhador de salário mínimo está enfrentando para adquirir os alimentos necessários à sua subsistência. Para isso, vamos começar definindo alguns conceitos básicos.

O salário mínimo foi estabelecido em 1938, como a menor quantia a ser paga ao trabalhador não qualificado. É mínimo também no sentido de que trata-se do estritamente necessário para a subsistência de uma pessoa, em termos de alimentação, habitação, transporte, vestuário e higiene. À época, o governo determinou este piso por julgar que, dadas as condições do mercado de trabalho brasileiro, a lei de oferta e procura não bastava para garantir uma remuneração suficiente: a grande oferta de mão de obra não qualificada, frente à procura relativamente escassa de empregados resultava numa relativa fraqueza dos trabalhadores: na opção entre baixo salário e nenhum salário, seria de se esperar que eles acabassem por aceitar a primeira alternativa. Assim, no interesse destes trabalhadores, mas também pela necessidade de garantir a reprodução futura da força de trabalho, foi estipulado o mínimo que se poderia pagar legalmente, definido a partir de uma série de pesquisas, considerando-se, por um lado, o padrão de consumo das camadas populares em algumas cidades e, por outro, o que, à luz dos conhecimentos e da situação da época, era tido como o mínimo para a mera subsistência de uma só pessoa. Anos mais tarde, a questão da sobrevivência da família do trabalhador foi enfrentada definindo-se um "salário família" correspondente a 5% do salário para cada filho menor.

Entre os diversos elementos de consumo, pensou-se numa "ração essencial", que podia variar ligeiramente nas diversas regiões e que é composta dos seguintes ítens (alguns deles aparecem como representantes de produtos similares): 6 kg de carne, 7,5 1 de leite, 4,5 kg de feijão, 3 kg de arroz, 1,5 kg de farinha de trigo, 6 kg de batata, 9 kg de tomate, 6 kg de pão, 600 g de café 7,5 dúzias de banana, 3 kg de açúcar, 750 g de banha, 750 g de manteiga.

Será esta "ração essencial" representativa? Parece-nos que sim; excetuando-se a banha, vemos que mesmo hoje em dia ela se aproxima bastante do padrão cultural da população brasileira. E, se pensarmos que ela foi definida há quase 50 anos, espanta a permanência da mesma. Ademais, como já dissemos, devemos considerar que certos produtos aparecem aí representando outros, como é o caso do tomate, para os hortigranjeiros, da banana, para as frutas em geral, da farinha de trigo, para as massas.

Outra questão refere-se à sua adequação nutricional. Entretanto, a importâcia da ração não está ligada a isso; sua importância, para nós, prende-se ao fato de que ela é um *compromisso legal*. O fato é que o salário mínimo, hoje em dia, significa um poder de compra cerca de duas vezes menor do que quando foi instituído. A lei ainda não foi revogada e, portanto, vem sendo sistematicamente descumprida.

Ora, vendo a ração essencial, que não chega a ser uma dieta farta (afinal de contas, são 75 g de feijão por refeição, 50 g de arroz e assim por diante), o que salta à vista é que hoje em dia o trabalhador não come isso tudo. É claro que a ração essencial não é a ração habitual. Assim, por exemplo, em abril de 1984, o trabalhador que quisesse adquirir a quantidade de tomate prevista teria de trabalhar quase 40 horas; de feijão, mais de 50 horas; de carne, mais de 70 horas. (E não devemos nos esquecer que essa é a quantidade prevista para uma só pessoa; considerando-se uma família média de cinco pessoas, vemos como é escassa a mesa do pobre.)

Como, então, se dá a sobrevivência do trabalhador?

Em primeiro lugar, como dissemos, não comendo sequer este mínimo, que, para o trabalhador, é um banquete pantagruélico, que pode freqüentar seus sonhos, mas raramente seu fogão. Sem sombra de dúvida, a população trabalhadora é de subnutridos, o que significa uma população doente ou vulnerável à doença.

Em segundo lugar, o trabalhador é obrigado a aumentar sua renda. As horas-extras, os biscates, o roubo, a xêpa no fim de feira, o trabalho de mais de um membro da família são recursos inevitáveis. A criança que pede esmola, ou o pivete que rouba a bolsa da madame não são necessariamente crias de uma família de marginais; podem muito bem ser rebentos de uma família de trabalhadores para quem a dignidade e a honestidade vigentes são luxos tão inacessíveis quanto carne às refeições. Estes problemas sociais são também problemas de saúde pública: as altas taxas de acidentes na infância estão certamente ligadas à desagregação familiar; o desgaste imposto pelas horas-extras é causa importante da prematura velhice de nossos trabalhadores; a comida estragada, ruim, sem variações, é responsável por doenças no aparelho digestivo e por uma depauperação que cobram seu preço em termos de esperança de vida.

Finalmente, outra forma de se assegurar um mínimo de recursos para a comida é reduzir outros gastos. A redução das despesas em ítens que, em termos imediatos, são ainda menos "essenciais", como higiene, vestuário, etc., é uma necessidade; no entanto, isso tem reflexo em termos de saúde e bem-estar. Morar mais barato, por exemplo, significa morar em lugar sem saneamento ou distante. As conseqüências para a saúde são evidentes: por um lado, a proliferação das doenças de transmissão por via hídrica; por outro, um imenso desgaste cotidiano, que pode significar mais de quatro horas diárias em transportes apinhados – além, é claro, de um aumento das despesas neste ítem.

As evidências são irretorquíveis: as más condições de saúde da população se originam não nos serviços de saúde que o governo deixa de prestar; se origina no des-

cumprimento do compromisso legal de garantir a todos os trabalhadores o essencial para a sua sobrevivência.

Os Sete Primeiros Meses de 1984

A tabela 2 mostra o custo, em dinheiro e em tempo de trabalho, necessário para a aquisição dos elementos que compõem a ração essencial na cidade de S. Paulo.

Alguns fatos saltam à vista.

Primeiro: na melhor situação – mês de maio, logo após o reajuste semestral – o trabalhador precisava de 2/3 de seu tempo total de trabalho para adquirir a ração essencial para uma pessoa; na pior situação – mês de abril – nem a totalidade de suas 240 horas mensais é suficiente para tal aquisição.

Segundo: apenas três produtos – carne, feijão, tomate – são responsáveis por mais da metade de seus gastos.

Terceiro: a grande variação de um mês para outro. Qualquer um fica espantado com a intensidade e constância das variações nitidamente acima da inflação e com a relativa raridade das variações negativas, nulas ou mesmo simplesmente abaixo da inflação. (Sugerimos ao leitor o instrutivo exercício de examinar as variações de alguns produtos mês a mês.)

Quarto: em julho o trabalhador precisou, para adquirir a ração essencial, aproximadamente do mesmo número de horas de trabalho que em janeiro. Como estes meses ocupam a mesma posição em relação ao mês de reajuste (dois meses depois), isso é indício de que, em termos reais – número de horas de trabalho – repetiu-se a relação trabalho necessário/consumo possível. Para sabermos se isso é bom ou ruim, examinemos a tabela 1.

Pela tabela 1, que compara o primeiro semestre de 1984 e de 1983, vemos que 1984 foi pior em todas as capitais. O aumento do custo da ração essencial se deu a taxas bem superiores à da inflação; quanto às horas de trabalho necessárias, há muitos casos em que, neste ano, é preciso trabalhar até 40% mais para adquirir a mesma quantidade de comida! O ano de 1984 vem sendo pior do que 1983 no que se refere às condições alimentares. O comportamento do mês de julho não parece suficiente para reverter a tendência: de qualquer forma, isso só poderá se ver quando forem apresentados os índices destes últimos meses.

No próxima seção procuraremos examinar algumas razões para tal piora. Antes, porém, chamamos a atenção dos leitores para a grande variação existente entre as diversas cidades. Em julho último, por exemplo, enquanto o custo da ração em Porto Alegre era de Cr$ 69.250, em Salvador ele baixava para Cr$ 58.485. O estudo de ambas as tabelas poderá mostrar informações surpreendentes. Recomendamos vivamente aos leitores que se detenham por algum tempo nas mesmas.

Por Que Sobem os Preços dos Produtos Agrícolas

No Brasil os preços dos alimentos essenciais dependem basicamente da disponibilidade da oferta; esta, por sua vez, vai depender do que se planta e do que se colhe.

O plantio de qualquer produto é função de três fatores.

Primeiro, dos preços à época do plantio. Quanto maior o preço, mais estímulo tem o produtor. Quanto menor, menor será o plantio. Por sua vez, os preços de cada safra dependem, entre outros fatores, da oferta da safra anterior: quanto maior a safra, maior a oferta, menores os preços. Preços altos num período tendem a provocar preços baixos no seguinte. Inversamente, uma boa situação para o consumidor (preços baixos) tende a significar uma situação ruim no futuro (preços altos). Há, portanto, uma tendência a sucessivos desequilíbrios, safra após safra.

O segundo fator a definir os preços dos produtos são os estoques disponíveis a qualquer momento. Para os produtos que podem ser armazenados, as variações de preços dependem não apenas da safra imediata, mas também

TABELA 1

Ração Essencial: Gasto Mensal, em Cr$ e Tempo de Trabalho, em Algumas Capitais jan/jul 83 e jan/jul 84

Gasto / Cidades	Gasto Mensal – Cr$ (tempo trab.) - horas min. jan. 1983	jan. 1984	Var. anual %	Gasto Mensal – Cr$ (tempo trab.) - horas min. fev. 1983	fev. 1984	Var. anual %	Gasto Mensal – Cr$ (tempo trab.) - horas min. mar. 1983	mar. 1984	Var. anual %
Belo Horizonte	12.191	--	--	13.221	42.495	221,4	15.054	52.571	249,2
	(124.08)	–	–	(134.38)	(178.33)	(32,7)	(153.18)	(220.53)	(43,9)
Curitiba	–	36.285	–	–	40.076	–	–	46.433	–
	–	(152.28)	–	–	(168.23)	–	–	(195.06)	–
Porto Alegre	11.953	38.694	223,7	12.581	42.672	239,2	14.679	49.739	238,8
	(121.43)	(162.35)	(33,7)	(128.07)	(179.18)	(39,9)	(149.29)	(208.59)	(39,7)
Rio de Janeiro	11.930	35.696	199,2	13.516	38.283	183,2	15.203	45.519	199,4
	(121.29)	(149.59)	(23,3)	(137.38)	(160.51)	(16,8)	(154.49)	(191.15)	(23,7)
Salvador	–	32.227	–	–	37.264	–	–	44.056	–
	–	(153.54)	–	–	(177.57)	–	–	(210.24)	–
São Paulo	13.154	40.534	208,1	14.712	45.455	208,9	16.625	54.106	225,4
	(133.57)	(170.19)	(27,4)	(149.49)	(190.59)	(27,5)	(169.18)	(227.20)	(34,3)

Fonte: Tabela elaborada pelo Radis, a partir de diversos Boletins do Dieese.

dos estoques formados com as safras anteriores e com as importações. Dos estoques existentes, devemos distinguir os do governo e os dos particulares. Os primeiros são formados com o objetivo de regular as variações de preços: quando estes estão altos, o governo vende seus estoques, visando sua diminuição. Os segundos (pertencentes aos particulares) são formados com o objetivo de aproveitar a variação.

O terceiro fator é a política agrícola. Quando há facilidades para o financiamento da safra, o produtor tenderá a investir mais. Ora, esta política é definida pelo governo; quando este determina juros baixos para a agricultura e maior disponibilidade de recursos para o financiamento, a tendência é de maiores safras; quando os juros se elevam e reduz-se a disponibilidade, com recursos mais caros e mais escassos, menos se plantará. Desta maneira, aqui também a situação de um período está ligada à situação do período anterior.

A colheita, por sua vez, vai depender principalmente de dois conjuntos de causas.

Primeiro: as condições climáticas. Uma seca, ou uma cheia, podem pôr a perder a safra.

Segundo: as condições técnicas da produção. Uma safra bem adubada, por exemplo, rende mais do que a não adubada. Ora, o volume de fertilizante usado vai depender de seu preço. Fertilizantes mais caros este ano tenderão a significar menores colheitas no ano que vem – e, portanto, maiores preços.

Vejamos então qual o comportamento destes fatores na safra 83/84.

Como os preços no ano passado estavam relativamente altos, isto significou um estímulo para o plantio. Entretanto, este desejo dos produtores foi atenuado pelas mudanças da política agrícola, que, obedecendo aos preceitos do FMI de reduzir os subsídios, elevou os juros ao financiamento agrícola – o que significou uma redução do estímulo a aumentar a área plantada. Por outro lado, o incentivo às exportações favoreceu o plantio de produtos exportáveis, que foram os preferidos pelos produtores, em detrimento dos produtos alimentícios. Por sua vez, o ano passado foi marcado por cheias no Sul e seca no Norte e Nordeste; isso acarretou uma quebra da safra e, portanto, redução da oferta. Tal escassez relativa e os altos preços dos produtos no ano passado fizeram com que os estoques disponíveis fossem colocados no mercado, levando a que os altos preços de 1984 não tivessem a contrarrestá-los estoques em montantes significativos.

Assim, em 1984 os preços dos produtos agrícolas vêm se apresentando ainda mais altos do que em 1983. Mas, como foi em 1983?

Examinando os diversos índices de preços de 1983, vemos que os alimentos subiram muito mais do que os outros ítens. Assim, por exemplo, enquanto o custo de vida (preços ao consumidor no Rio de Janeiro) cresceu 177,9% em 1983, os alimentos apresentaram um aumento de preços da ordem de 227,5%. A análise dos preços por atacado (oferta global) dos produtos agrícolas é ainda mais surpreendente: no total, cresceram 335,8%, mas os cereais e grãos aumentaram 437,4% e raízes e tubérculos 519,6%!

As perspectivas para o segundo semestre de 1984 e para 1985 ainda não são claras. Por um lado, os preços elevados com que amargam os consumidores são um estímulo aos produtores, que se encontram capitalizados: uma prova disto é a grande expansão da venda de tratores e fertilizantes este ano, o que mostra sua disposição favorável. Por outro lado, a total retirada dos subsídios ao financiamento agrícola implicará menos recursos para a safra. Não se sabe ainda se a política "realista" récem-implantada resultará num maior equilíbrio do mercado. Mas, se resultar, será a partir de um patamar de preços relativos já muito inflados por dois anos sucessivos de preços altos.

Gasto Mensal – Cr$ (tempo trab.) - horas min. abr. 1983	abr. 1984	Var. anual %	Gasto Mensal – Cr$ (tempo trab.) - horas min. mai. 1983	mai. 1984	Var. anual %	Gasto Mensal – Cr$ (tempo trab.) - horas min. jun. 1983	jun. 1984	Var. anual %	Gasto Mensal – Cr$ (tempo trab.) - horas min. jul. 1983	jul. 1984	Var. anual %
17.394	61.008	250,7	17.402	65.324	275,4	19.320	65.117	237,0	22.728	68.377	200,8
(177.08)	(256.20)	(44,0)	(120.06)	(161.20)	(34,3)	(133.20)	(160.49)	(20,5)	(156.51)	(168.52)	(7,7)
–	56.736	–	–	57.314	–	19.608	59.038	201,1	23.388	62.985	169,3
–	(238.23)	–	–	(141.33)	–	(135.19)	(145.49)	(7,6)	(161.25)	(155.33)	(– 3,7)
16.614	56.334	239,1	16.553	55.145	233,1	18.848	64.360	241,5	22.827	69.250	203,4
(169.11)	(236.42)	(39,8)	(114.14)	(136.12)	(19,3)	(130.01)	(158.57)	(22,0)	(157.32)	(171.02)	(8,7)
17.369	49.946	187,6	17.017	51.885	204,9	18.197	56.594	211,0	21.421	60.496	182,4
(176.53)	(209.52)	(18,7)	(117.27)	(128.09)	(9,2)	(125.35)	(139.46)	(11,2)	(147.50)	(149.25)	(1,2)
–	51.084	–	13.275	56.921	328,8	14.910	58.304	292,4	18.765	58.485	211,7
–	(243.57)	–	(104.07)	(140.35)	(34,9)	(116.57)	(144.29)	(23,8)	(147.11)	(144.27)	(– 2,0)
19.344	63.792	229,8	19.439	65.228	235,5	20.916	65.278	212,1	24.779	68.785	177,6
(197.00)	(268.02)	(36,05)	(134.09)	(161.06)	(20,1)	(144.21)	(161.13)	(11,8)	(171.01)	(169.53)	(– 0,1)

TABELA 2

Diversos Ítens da Ração Essencial: Gasto Mensal em Cr$ e tempo de trabalho, na cidade de S. Paulo jan/jul 84

Gasto / Ítens	JAN Gasto – Cr$ (tempo trab.) horas min.	jan/dez %	FEV Gasto – Cr$ (tempo trab.) horas min.	fev/jan %	MAR Gasto – Cr$ (tempo trab.) horas min.	mar/abr %	ABR Gasto – Cr$ (tempo trab.) horas min.	abr/mai %	MAI Gasto – Cr$ (tempo trab.) horas min.	mai/abr %	JUN Gasto – Cr$ (tempo trab.) horas min.	jun/mai %	JUL Gasto – Cr$ (tempo trab.) horas min.	jul/jun %
Carne	15.942 (66.59)	9,6	16.930 (71.08)	6,2	17.410 (73.09)	2,8	17.070 (71.43)	– 2,0	21.286 (52.34)	24,7	21.422 (52.54)	0,6	23.488 (58.01)	9,6
Leite	1.875 (7.53)	13,3	1.875 (7.53)	–	2.167 (9.06)	15,6	2.550 (10.43)	17,7	2.550 (6.18)	–	2.550 (6.18)	–	3.112 (7,41)	22,0
Feijão	4.305 (18.05)	– 8,0	5.504 (23.08)	27,8	8.416 (35.22)	52,9	12.262 (51.31)	45,7	11.388 (28.08)	– 7,1	9.902 (24.27)	– 13,0	9.346 (23.05)	– 5,6
Arroz	1.540 (6.28)	4,0	1.721 (7.24)	11,7	1.857 (7.48)	7,9	2.022 (8.30)	8,9	2.184 (5.24)	8,4	2.268 (5.36)	3,9	2.681 (6.37)	18,2
Far. Trigo	512 (2.09)	3,6	510 (2.09)	–	614 (2.35)	20,4	692 (2.54)	12,7	689 (1.42)	– 0,5	710 (1.45)	3,0	839 (2.04)	18,2
Batata	2.034 (8.33)	– 0,6	2.300 (9.40)	1,3	2.797 (11.45)	21,6	3.021 (12.42)	8,0	3.265 (8.04)	8,1	2.934 (7.15)	– 10,1	2.167 (7.00)	– 26,2
Tomate	2.330 (9.47)	– 15	3.400 (14.29)	45,9	6.062 (25.28)	78,3	9.272 (38.58)	52,9	6.570 (16.14)	– 29,2	5.902 (14.35)	– 10,2	5.745 (14.11)	2,7
Pão	3.893 (16.21)	4,5	3.896 (16.22)	–	4.655 (19.34)	19,5	5.007 (21.02)	7,6	5.000 (12.21)	–	6.669 (16.28)	33,3	6.797 (16.47)	1,9
Café	1.264 (5.19)	8,3	1.463 (6.09)	15,7	1.531 (6.26)	4,6	1.821 (7.39)	19,0	2.028 (5.00)	11,4	2.314 (5.43)	14,1	3.137 (7.45)	35,6
Banana	2.927 (12.18)	2	2.940 (12.21)	–	3.134 (13.10)	6,6	3.970 (16.41)	26,7	3.691 (9.07)	– 7,1	3.517 (8.41)	– 4,7	3.525 (8.42)	–
Açúcar	904 (3.48)	1	907 (3.49)	–	1.254 (5.16)	38,2	1.350 (5.40)	7,6	1.350 (3.20)	–	1.756 (4.20)	30,0	1.929 (4.46)	9,8
Banha	1.269 (5.20)	11,4	1.926 (8.06)	51,8	1.961 (8.14)	–	2.121 (8.55)	8,2	2.415 (5.58)	13,9	2.514 (6.13)	4,1	2.482 (6.08)	– 1,3
Manteiga	1.737 (7.18)	12,9	2.035 (8.33)	17,1	2.245 (9.26)	10,3	2.633 (11.04)	17,3	2.813 (6.57)	6,8	2.819 (6.58)	–	2.868 (7.05)	1,7
TOTAL	40.534 (170.19)	4	45.055 (190.59)	11,1	54.106 (227.20)	20,1	63.792 (268.02)	17,9	65.229 (161.06)	2,2	65.277 (161.13)	–	68.785 (169.53)	5,4

Fonte: Tabela elaborada pelo Radis, a partir de diversos Boletins do Dieese.